



99

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

**HABEAS CORPUS Nº 347236-6**

**ORIGEM: 1ª Vara Criminal de Paulista-PE**

**IMPETRANTE: Celso Xavier de Alencar**

**PACIENTE: LEANDRO RAFAEL DA SILVA**

**RELATOR: Des. Antonio Carlos Alves da Silva**

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Judith Borba**

**SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL**

**EMENTA: PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ART.157, §2º, I E II, C/C ART.71, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. DECRETO PREVENTIVO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. ORDEM DENEGADA. 1 - O decreto preventivo está devidamente fundamentado nos termos dos arts.311 e 312 do Código de Processo Penal, embasando-se no *modus operandi* e na periculosidade do agente. 2 - Constrangimento ilegal não configurado. Ordem denegada. 3 - Decisão Unânime.**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de HABEAS CORPUS nº 347236-6, da 1ª Vara Criminal de Paulista-PE, em que figura como paciente **LEANDRO RAFAEL DA SILVA**, **acordam** os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco na sessão de 24/9/2014, à **unanimidade de votos**, em **denegar a ordem**, tudo consoante relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 01 de 09 de 2014.

**Des. Antônio Carlos Alves da Silva**  
Relator



100

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva**  
Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

**HABEAS CORPUS Nº 347236-6**

**ORIGEM:** 1ª Vara Criminal de Paulista-PE

**IMPETRANTE:** Celso Xavier de Alencar

**PACIENTE:** LEANDRO RAFAEL DA SILVA

**RELATOR:** Des. Antonio Carlos Alves da Silva

**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** Dra. Judith Borba

**SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL**

**RELATÓRIO**

Trata-se de pedido de ordem de Habeas Corpus impetrado pelo Bel. Celso Xavier de Alencar em favor de LEANDRO RAFAEL DA SILVA, qualificado às fls.02 dos autos, que indica como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de Paulista/PE.

Extrai-se que o paciente foi denunciado por suposta infração prevista no art.157, §2º, I e II, c/c art.71, ambos do CP, ocorrida em 17 de abril de 2014.

O impetrante afirma que o paciente é primário, tem bons antecedentes, residência fixa, profissão definida, é possuidor de crédito pessoal junto à Caixa Econômica Federal.

Insiste na inocência do paciente quanto ao crime a ele imposto, sob o argumento de que ele não sabia da empreitada criminosa executada por seus colegas (corréus).

Pugna pela liberdade provisória, comprometendo-se a comparecer a todos os atos processuais, oriundos da ação criminal nº2818-17.2014.8.17.1090. Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem.

Em decisão interlocutória de fls.72/73 indeferiu-se a liminar requerida.

Instada a se manifestar, a autoridade apontada como coatora apresentou informações fls.80/90. Nesta instância, o Exmo. Sr. Procurador de Justiça opinou pela denegação da ordem (fls.93/95).

É o que importa relatar. Não se tratando de feito que dependa de inclusão em pauta, trago-o desde já a julgamento.

Recife, 14 de 09 de 2014.

**Des. Antônio Carlos Alves da Silva**  
Relator



101

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva  
Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

**HABEAS CORPUS Nº 347236-6**

**ORIGEM:** 1ª Vara Criminal de Paulista-PE

**IMPETRANTE:** Celso Xavier de Alencar

**PACIENTE:** LEANDRO RAFAEL DA SILVA

**RELATOR:** Des. Antonio Carlos Alves da Silva

**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** Dra. Judith Borba

**SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL**

**VOTO**

Senhor Presidente, Senhor Desembargador, Senhor(a) Procurador(a) de Justiça.

Consoante dito no relatório, o impetrante pretende obter a concessão da ordem, sob o argumento ausência de fundamentação do decreto preventivo.

No caso em tela, o paciente, LEANDRO RAFAEL DA SILVA, foi denunciado juntamente com a pessoa de José Nildo Batista da Silva, por suposta infração prevista no art.157, §2º, I e II, c/c art.71, ambos do Código Penal.

Consta dos autos que "no dia 17 de abril de 2014, por volta das 22h30, no Bairro do Janga, Estrada de Manepá, Paulista-PE, os denunciados LEANDRO RAFAEL DA SILVA e JOSÉ NILDO BATISTA DA SILVA, em comunhão de desígnios com um terceiro identificado como Rodrigo, vulgo 'DÊ', que conseguiu se evadir da cena do crime, mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo, subtraíram pertences das vítimas: Flávia Maria Figueiroa Araújo, Cory Xavier de Moraes Queiroz Neto, Adriana Erica Figueiroa, Pollyana Enia Figueiroa Araújo, Daniel Reis Pessoa.

Nas mesmas condições de tempo, lugar e modus operandi, por volta das 22h praticaram investida contra Ewerton Michael de Oliveira Menezes, Cosete Galindo Câmara e Jone Martins Figueiredo, que foram posteriormente chamados à delegacia, após a prisão dos denunciados para reaverem os seus bens.

Extrai-se que as primeiras vítimas caminhavam pela Estrada de Manepá quando foram abordados pelos denunciados, que anunciaram o assalto com uma pistola calibre 380 marca TAURUS, modelo PT 58 SS, número de série KNK 16465, niquelada, em punho, momento em que recolheram suas bolsas e celulares e evadiram-se do local.

Anterior a essa investida, por volta das 22h nas proximidades da Av. Costa Azul, os denunciados abordaram as outras vítimas citadas, subtraindo-lhes os bens, tais como bolsas, dinheiro e celulares.

Policiais militares que faziam rondas no local foram abordados pelas primeiras vítimas que expuseram o fato, e saíram em diligência objetivando a localização dos denunciados, logrando êxito ao encontrá-los em fuga, momento em



102

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE - CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

que um deles efetuou 3 (três) disparos contra a viatura, sendo revidado pelos policiais. Em seguida, os indivíduos entraram numa rua sem saída, onde os policiais viram quando o denunciado José Nildo Batista da Silva, jogou uma pistola dentro de uma residência e os três correram jogando os pertences subtraídos pelo chão, logo após, um dos meliantes conseguiu fugir pulando um muro, os outros dois denunciados deitaram no chão, foram presos e levados à delegacia.

As vítimas foram taxativas ao reconhecer os denunciados LEANDRO RAFAEL DA SILVA e JOSÉ NILDO BATISTA DA SILVA, como sendo os autores do fato delituoso". (denúncia - fls.84/85)

A Autoridade apontada como coatora na decisão que decretou a prisão preventiva dos acusados ressaltou que: "(...) **embora não haja registro de que os acusados respondam a outros processos criminais, o crime a eles imputado reveste-se de elevada gravidade, visto que diminuiu valores relativos à integridade física e psicológica da vítima com o objetivo de tomar-lha um bem. Logo, demonstram ter personalidade voltada para a prática delituosa, colocando em risco a ordem pública (...)**". fl.89

É de bom alvitre ressaltar a periculosidade do paciente, tendo em vista o *modus operandi* utilizado no crime, sobretudo o indício de troca de tiros com a polícia militar, além da ousadia de abordarem várias vítimas ao mesmo tempo.

Vê-se, pois, que o decreto preventivo está fundamentado na presença da **materialidade** delitiva e nos **indícios de autoria**, que estão delineados pelos depoimentos colhidos perante a autoridade policial.

Acrescentando-se, ainda, a necessidade da custódia cautelar para **garantir a ordem pública**, em razão das **circunstâncias concretas do delito**, que denotam a **periculosidade** do agente.

Destarte que não há qualquer ilegalidade a ser sanada na decretação da prisão preventiva do paciente, uma vez que o magistrado a quo agiu em conformidade com os ditames da legislação processual penal,

Isso porque, estão claras as razões que tornam indispensável o encarceramento preventivo do acusado, vez que presentes os pressupostos autorizadores da prisão cautelar, quais sejam, os indícios de autoria e a materialidade do delito, cumulados com o *modus operandi* e a **periculosidade** do paciente.

Portanto, presentes, na questão em apreço, o *periculum libertatis* e o *fumus comissi delicti*, a fim de autorizar a medida adotada pela autoridade impetrada, **não havendo que se falar em medida cautelar diversa da prisão preventiva.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419-3742 (fax)

Frise-se que a medida cautelar ora aplicada não fere o princípio da presunção de inocência, vez que não se trata de condenação antecipada do réu, espelhando tão somente uma cautela de natureza processual.

Assim sendo, o aludido princípio da presunção de inocência não conflita com a prisão provisória. Nesse trilhar, o professor Luiz Flávio Gomes em sua obra "Prisão e Medidas Cautelares" pontuou o seguinte: "(...) *A prisão cautelar não se confunde com a prisão penal: a prisão cautelar tem finalidade instrumental; já a prisão penal tem finalidade retributiva e preventiva. A primeira (prisão cautelar) não conflita com a presunção de inocência quando o juiz fundamenta a necessidade concreta da prisão (...)*".

Além disso, em consulta ao sítio eletrônico deste Tribunal observa-se que o paciente LEANDRO RAFAEL DA SILVA já cumpriu medida socioeducativa nº0001624-70.2005.8.17.0710.

Assim sendo, em que pese o que foi alegado na inicial deste writ, não verifico constrangimento ilegal a ser sanado.

No que tange à alegada inocência do paciente, destaque-se que tal questão será apreciada quando do julgamento da ação penal, pelo juízo competente, não cabendo sua análise pela via estreita do writ.

Desta feita, anuindo com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, voto pela denegação da ordem.

Recife, 24 de 09 de 2014.

Des. Antônio Carlos Alves da Silva  
Relator